



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

ISSN: 1980-4369

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Leão, Igor Zanoni Constant Carneiro
Paralelos entre a Revolução Russa e a Revolução Chinesa: camponeses, teóricos e revolucionários
História (São Paulo), vol. 40, e2021056, 2021
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021056>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221070900025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UNEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

PARALELOS ENTRE A REVOLUÇÃO RUSSA E A REVOLUÇÃO CHINESA:

camponeses, teóricos e revolucionários

Parallels between the russian revolution and the chinese revolution: peasants, theorists and revolutionaries

Igor Zanoni Constant Carneiro
LEÃO

 igorzaleao@yahoo.com.br

Universidade Federal
do Paraná
Curitiba, PR, Brasil

RESUMO

As grandes revoluções socialistas da Rússia e da China podem ser examinadas como o momento da passagem de sociedades milenares, marcadas, no caso da Rússia, por um grande campesinato e modo de produção feudal, e, no caso da China, pelo modo de produção asiático. Tanto a sociedade russa como a chinesa entram em crise no século XIX. No primeiro caso, a instabilidade é consequência da crescente rejeição da autocracia e do despotismo; no segundo caso, deve-se à invasão e o subsequente período de guerra, condição que permanece até a vitória da revolução chinesa em 1949. Rússia e China, em suas trajetórias peculiares para a modernidade, puderam contar tanto com classes populares que protagonizam a política, como com intelectuais de primeira linha que sabem fazer a mediação entre as características sociais e políticas de seus países e a necessidade da revolução. Na atualidade, ambos os países são protagonistas de primeiro plano na cena mundial, destacando-se por suas formas específicas de organizar suas economias e suas políticas internas e externas.

Palavras-chave: Revolução Russa de 1917; Revolução Chinesa de 1949; *Intelligentsia*; Socialismo; Confucionismo.

ABSTRACT

The great socialist revolutions in Russia and in China can be examined as a transitional moment for those millenary societies, characterized, in Russia's case, by a big peasantry and a feudal production mode; and, in China's case, by the Asian production mode. Both Russian and Chinese societies went through a crisis in the 19th Century. On the first case, the instability was a consequence of the growing autocracy and despotism; on the second case, it was a result of an invasion and the subsequent war period, a condition that remained present up until the victory of the Chinese Revolution of 1949. Russia and China, on their peculiar trajectories towards modernity, were able to count on both popular classes that had a leading role on politics and on first class intellectuals that knew how to mediate between the social and political characteristics of their countries and the necessity of a revolution. Currently, both countries are foreground protagonists in the world scenery, standing out for their specific ways of organizing their economies as well as their internal and external policies.

Keywords: 1917 Russian Revolution; 1949 Chinese Revolution; *Intelligentsia*; Socialism; Confucianism.

Rússia e China, países que hoje assumem a proa das relações internacionais, ao longo de suas revoluções apontaram para o futuro mirando seus passados agrários. O estrato ilustrado da sociedade russa, a chamada *intelligentsia*, assim como intelectuais e políticos na sociedade chinesa, ao se depararem com as exigências de reformas que permitissem a superação do estado de miséria e aguda desigualdade do povo, especialmente o do trabalhador rural, fomentaram discussões e sublevações que transformaram não só a sociedade desses países, como a marcha da história mundial. Nas revoluções socialistas desses países, as duas maiores do século XX, destacou-se o papel desempenhado pelos camponeses, por seus partidos representativos e por seus intelectuais.

No caso da Rússia, as massas rurais apoiaram sobre os ombros a dura tarefa de sustentar o tsarismo, a rica aristocracia fundiária e a política externa expansionista, fato que não mudou mesmo em épocas de imperadores reformistas e europeizantes. O campesinato sempre se manteve hostil ao Estado e, na altura da expansão das exportações agrícolas do país para a Inglaterra, após a abolição da servidão, em 1861, a classe dos *kulaks* – estrato superior de camponeses ricos – conservou uma atitude personalista, buscando seus próprios interesses, o que se observa depois da tomada do poder pelos bolcheviques em 1917. Essa posição dos camponeses está por trás de uma revolução que assume um caráter operário com poucos representantes da esquerda ligada à massa rural e, mais tarde, por uma política econômica, a NEP, que privilegia o *kulak* como forma de evitar a fome e a opressão do campo sobre a cidade e seus habitantes.

Por sua vez, a China, uma civilização várias vezes milenar, é construída sobre a propriedade da terra pelos camponeses e latifundiários. O país assentava-se tradicionalmente num regime de produção tutelado por um império, em que a classe letrada dos mandarins e o imperador controlavam-se mutuamente, de forma que a população era submetida a uma hierarquia e obediência ditadas pelo cânone confucionista. Apesar dos inventos grandiosos, das artes plásticas e da literatura e filosofia, o império se mantém fechado ao mundo. Assim, a China passa ao largo tanto das grandes descobertas, do renascimento e da reforma, como do crescimento dos mercados, este último responsável pela industrialização inglesa do século XVIII.

Tanto o socialismo russo como o chinês derivaram de processos revolucionários em que a questão camponesa espalhou-se desde discussões de teóricos importantes do século XIX até as sublevações decisivas ao longo do século XX. Este texto pretende abordar, portanto, o papel do campesinato e sua relação com a classe operária nas revoluções socialista russa e chinesa, bem como convergências e divergências sobre a forma como, nos dois casos, intelectuais e revolucionários se apropriaram dessa questão ao longo do século XIX e início do século XX.

I

A opressão sobre o camponês é congênita à formação e desenvolvimento da sociedade russa. No século XIX, durante o reinado de Alexandre I (1801-1825), tsar que enfrentará a invasão napoleônica, emerge um conservadorismo em que a situação

do camponês, assim como durante o reinado de seu sucessor Nicolau I (1825-1855), permanecerá como o grande problema da sociedade russa. Com este último, em especial, o quadro agrava-se fortemente, já que, ao não abrir mão da servidão, Nicolau I fez com que a Rússia contivesse seu progresso, no mesmo período em que as economias ocidentais aceleravam seu desenvolvimento, o que fez aumentar consideravelmente o atraso relativo do país (BERMAN, 1986). Essa política, que combina a tríade “autocracia, ortodoxia e nacionalismo”, além de supressão da liberdade de pensamento e de comércio, agrava a já precária situação social da Rússia. Também é durante o reinado de Nicolau I, na terceira e na quarta décadas do século XIX, que ocorrem as exportações cerealíferas, e, com elas, o nascimento do capitalismo russo. Os camponeses, todavia, são mantidos em uma situação semelhante à dos escravos na América do Norte, o que motiva a miséria junto com revoltas maiores ou menores. A indústria é ainda incipiente neste período e há um número escasso de industriais. Os trabalhadores rurais na condição servil vivem na miséria, e motins locais ocorrem revelando a terrível vida do povo.

Com a ascensão de Alexandre II (1855-1881), sucessor de Nicolau I, foi possível renovar as esperanças com iminentes reformas políticas e sociais. Além da necessidade de modernizar o país, também era preciso dar uma resposta à inquietação camponesa. Sobre essa questão, o tsar declarou em assembleia, em 1856: “melhor abolir de cima a servidão, do que esperar que os servos, por si próprios, comecem a libertação de baixo” (*apud* KORT, 2008, p. 97, tradução nossa). De fato, a emancipação ocorre, finalmente, em 19 de fevereiro de 1861, mas sem que as propriedades senhoriais fossem distribuídas aos camponeses. Para possuí-las deviam pagar um pesado resgate, o que levou à grande crise agrária dos anos 70. Surge então um grande proletariado rural sem-terra ao lado dos *kulaks*, estrato superior de camponeses ricos, que se beneficiam das exportações agrícolas do país. A crise se agrava, e depois, sob Alexandre III, sucessor de Alexandre II (morto em um atentado terrorista), toma a forma de fome generalizada. Entre 1890 e 1891 a fome é total. Em 1891, 5/6 da população viviam da agricultura e apenas 1/6 vivia da indústria. Para uma população de 170 milhões, apenas três milhões eram trabalhadores industriais. Havia 10 milhões de camponeses empobrecidos, assalariados sem-terra. Das 10 milhões de herdades, 3,5 milhões pertenciam a camponeses que não possuíam sequer um cavalo. Em contraposição, 1,5 milhão de herdades pertencia aos *kulaks*, abrangendo metade da terra arável. Até 1914 há 12 más colheitas, depauperamento do solo e carga opressiva sobre os camponeses. A política agrária do governo obriga a grandes exportações de cereais para pagar empréstimos externos, o que beneficia a nobreza, a classe capitalista e o Estado ávido de divisas.

II

Vejamos agora as relações entre o camponês, suas instituições e os intelectuais e políticos russos.

O processo de ocupação das terras russas, desde o grande movimento de colonização entre os séculos XII e XIV até a colonização da Sibéria nos séculos XIX e

XX, efetuou-se numa base comunitária. As famílias cooperavam em atividades como a preparação do terreno para o cultivo, fabricação de carvão, e possuíam, em comum, os terrenos recém-desbravados. Supõe-se que esta seja a origem da *obshchina*: unidade social básica da Rússia antiga, constituída pelo uso comunitário da terra e pela comunhão de costumes. A *obshchina* era regulada pela *mir*: conselho de anciãos responsáveis por solucionar eventuais problemas com base nas tradições e no princípio da unanimidade. Durante todo o século XIX e início do século XX, desde os primórdios do movimento dezembrista até Lenin, a dúvida sobre a forma de se proceder com as massas rurais, assim como a significação e apropriação dos conceitos da *obschina* e da *mir*, estiveram ligadas ao tipo de futuro que se pensava para a Rússia.

No primeiro quartel do século XIX já se aventava a possibilidade de se construir uma nova Rússia a partir da estrutura da comuna camponesa. Na chamada Sociedade do Norte, de 1821, um dos movimentos que deram origem ao dezembrismo, seu principal intelectual, Pavel Piéstel, considerado por Herzen “o primeiro socialista russo antes dos socialistas” (*apud* MORALES, 2004, p. 33), prioriza a comuna camponesa como elemento central para as suas propostas de reforma. Considera essencial que uma porção suficiente de terra para sobrevivência seja garantida a todo homem, porém apenas aqueles que produzem riqueza excedente teriam direito a usufruir da terra. Propõe a divisão da terra em propriedade pública (comunais) e privada. A concepção de Piéstel de que a comuna camponesa pode ser o modelo para o sistema social futuro da Rússia, ainda que originada por bases filosóficas próprias e diferentes das posteriores, foi amplamente seguida pelos demais intelectuais do século XIX, incluindo os populistas, que antecederam os marxistas russos.

O reinado de Nicolau I, na contramão de toda e qualquer política de desenvolvimento, fortaleceu a polícia política e estrangulou todo e qualquer movimento intelectual durante os 30 anos de seu reinado. Nesse período, contudo, surgiram inúmeros círculos intelectuais influenciados fortemente pelas sociedades maçônicas de Moscou e pelo idealismo alemão. De um desses círculos, denominado *Liubomúdiri*, decorreu o movimento eslavófilo, que teve enorme repercussão nas ideias russas do restante do século. Formado por um grupo de ideólogos da nobreza conservadora, o movimento eslavófilo insistia no reconhecimento dos elementos eslavos que formavam a vida social e cultural da Rússia antiga. A partir do reconhecimento do cristianismo ortodoxo como uma forma suprema de evolução social, esses intelectuais propunham que a Rússia deveria se tornar uma grande *mir*. A contrapartida desse movimento foi dada em grande parte pela geração romântica de 1840, notória por seus grandes escritores. Sua vocação a se contrapor aos demais movimentos fez com que a mesma geração seja conhecida tanto como ocidentalista – em contraponto ao eslavofilismo – como geração liberal, em contraposição aos radicais que a sucederam. Devido à forte censura de Nicolau I, o único meio de divulgação de ideias políticas e sociais foi a literatura. Portanto, coube a ela, nesse período, fermentar a consciência revolucionária da *intelligentsia*. É o que fica claro nessa talentosa geração de 1840: exatamente no período mais opressor da autocracia do século XIX, a produção literária russa avançava significativamente, revelando uma série de autores que se tornaram clássicos da literatura mundial. Esse notável rol de artistas desenvolveu uma literatura fortemente

comprometida com os problemas sociais da sociedade russa, e em particular com o problema da servidão. Exemplo disso é a obra *Memórias de um caçador*, de Ivan Turguêniev. Mesmo liberado para publicação, o livro, considerado essencial para a abolição da servidão em 1861, provoca a seguinte reação em um funcionário da censura, conforme se lê num relatório enviado ao ministro da Educação:

Acho que o livro do senhor Turguêniev faz mais mal do que bem... e eis o porquê. Que utilidade tem, por exemplo, mostrar ao nosso povo letrado [...] que nossos camponeses são oprimidos, que os proprietários de terras, que o autor tanto achincalha, expondo-os como torpes, selvagens e extravagantes, comportam-se de forma indecente e ilegal [...] que, obviamente, quanto mais livres os camponeses forem, melhor? [...] (*apud* PERPÉTUO, 2013, p. 478).

A aristocracia da época denunciava uma “invasão camponesa na literatura”. A crítica à profusão do tema do camponês nesse período foi satirizada por Dostoiévski, em *Os Demônios*, através da personagem Stiepan Trofímovitch, um liberal que ansiava pela abolição da servidão, mas, acostumado às benesses de sua condição aristocrática, flertava com certo conservadorismo. Em um de seus pensamentos sobre o homem russo, Stiepan Trofímovitch, que vivia a expensas de uma rica proprietária de terras, diz: “Nós, como homens apressados, nos precipitamos com os nossos mujiquezinhos [...] nós os pusemos na moda, e todo um setor da literatura passou vários anos consecutivos metido com eles como preciosidade redescoberta. Nós pusemos coroas de louro em cabeças piolhentas.” (DOSTOIÉVSKI, 2004, p. 44).

Se a geração de 40 possuía notáveis artistas, a geração de 60 apresentou críticos e pensadores eloquentes. Presenciando uma época de transformações e reformas, os chamados radicais apelavam à ação dos intelectuais e, posteriormente, à ação revolucionária dos camponeses. Nikolai Gravrílovitch Tchernichévski, que viveu o fim da geração idealista de 40 e que então se apresentava como um dos primeiros radicais, acreditava que, após uma revolução burguesa como um estágio intermediário, seria possível superar o capitalismo e finalmente alcançar a “propriedade comunal da terra, não como um retorno ao passado, mas à base de um desenvolvimento socialista da agricultura, com modernas propriedades comunais distribuídas em associações” (BRANCO, 2014, p. 88). Portanto, a questão camponesa, na geração anterior, discutida sob a égide do idealismo liberal e amplamente difundida sob o tom acusatório da brutalidade do regime tsarista, agora era tratada nos moldes do materialismo biológico, apontando para uma visão racional do uso da propriedade coletiva. Na segunda metade do século XIX essa questão foi aprimorada pelo chamado populismo russo, movimento radical amplo que alcançou fama entre 1860 e 1870, tendo seu auge com o assassinato do tsar Alexandre II. Como em meados do século XIX aproximadamente 9/10 da população russa eram compostos por camponeses, naturalmente “a causa dos oprimidos ainda era preponderadamente a dos trabalhadores rurais.” (BERLIN, 1988, p. 215). Para os populistas, que nesse caso seguiam Herzen, um dos mais influentes idealistas de 1840, uma sociedade justa deveria se basear na unidade coletiva de comunidades camponesas que era a

obschina. Assim, a organização social que já existia entre os camponeses constituía o alicerce sobre o qual a sociedade russa deveria se espelhar. Os principais objetivos do populismo eram, a partir da revolução, atingir a justiça social e a igualdade social. Entretanto, a questão de como proceder com os camponeses foi assunto de intensa contradição. Seria necessário formar educadores para mostrar ao camponês o caminho da justiça e igualdade, fazê-lo resistir às autoridades, e incitá-lo a destruir a velha ordem autocrática? Assumindo que a *mir* era o espelho ideal para o futuro da sociedade russa, teriam os intelectuais legitimidade para ensinar ao povo o que quer que fosse? Em contrapartida, o campesinato rude e inculto seria capaz de fazer a revolução sem a ajuda dos intelectuais radicais? Essa questão foi respondida de diferentes formas por figuras díspares dentro da *intelligentsia*. Em particular para os intelectuais do populismo, a postura em relação aos camponeses dividiu opiniões, antecedendo as discussões sobre a questão agrária para os marxistas russos. Essa questão, norteadas pela visão de Marx sobre o tipo de protagonismo da classe operária e do campesinato na Revolução Socialista, será depois adaptada por Lenin no fim do século XIX, como veremos a seguir.

III

Na Rússia, país ainda sem uma revolução burguesa, houve nos anos 1890 a conjugação entre intelectuais como Lenin e o marxismo revolucionário ao estilo de 1848. Examinemos neste ponto aspectos envolvendo o proletariado na condução da Revolução Russa que se dará em 1917.

Ainda no século XIX a Rússia era um Estado feudal que opunha o tsar, a propriedade fundiária da nobreza, a Igreja, o exército, a polícia e a burocracia contra um esmagado campesinato. Apenas nos últimos 20 anos do século desenvolve-se, por necessidades militares do tsarismo e do capital estrangeiro, um embrião de indústria pesada. Esse processo se dá a partir do surgimento simultâneo de um empresariado moderno e de um proletariado miserável, cuja aparição aproxima os intelectuais russos do marxismo e do socialismo. Cria-se, desse modo, o núcleo de um partido social-democrata, impedido de qualquer atividade legal ou manifesta pela polícia do tsar. Com uma população predominantemente agrária, os movimentos políticos mais atuantes e relevantes ligavam-se ao populismo. Por sua vez, o marxismo russo tomou com Lenin o caminho do marxismo originário de 1848, bastante distante da socialdemocracia europeia. O posterior líder bolchevique acreditava que o proletariado devia se unir a um grupo de revolucionários esclarecidos, aptos e dispostos a conduzir as massas. Surgiu também no país uma social-democracia, cuja agenda era composta por questões classistas mais estritas. Contudo, o caminho leninista foi o de luta mortal contra o governo, semelhante ao dos terroristas populistas, que assassinaram, entre outras figuras públicas, o tsar Alexandre II, em 1881.

Para Lenin, a consciência social-democrata, criada autonomamente pelos operários, era dos interesses classistas mais restritos, mais propriamente econômicos, como era o caso dos sindicatos ingleses. Era preciso que o operário incorporasse a consciência política de classe a partir de um elemento externo, afastado da questão econômica

e da esfera da luta contra os patrões, de forma que essa consciência amadurecesse tanto nas relações entre classes como na relação entre classes e Estado. O caminho para a formação dessa consciência era o círculo restrito e fortemente disciplinado dos revolucionários profissionais. Para Lenin, a social-democracia russa devia ser um partido que tomasse a forma de uma liga secreta de revolucionários profissionais, cujo objetivo seria arrastar as massas para a revolução – a princípio, a revolução burguesa, já que, naquele momento, não se podia avançar mais. Contudo, verificava-se a tendência de uma social-democracia que, cooperando com a luta política contra o tsarismo, visava à melhoria das condições de vida do operário. Para Lenin, entretanto, o operariado teria de se valer da mobilização também dos camponeses, cujos filhos engrossavam o exército. Apenas assim se aboliria a propriedade privada e se expropriariam os latifúndios e a Igreja.

Um ponto importante refere-se à preeminência, entre as forças políticas à esquerda, dos socialistas revolucionários e dos mencheviques, mesmo na revolução de fevereiro de 1917. As mudanças ocorridas nesse ano e a desastrosa política do Governo Provisório levaram Lenin à liderança do movimento revolucionário. Até esse momento, a maioria dos proletários russos estava no campo político da pequena burguesia, e a força dos bolcheviques advinha de um número restrito de intelectuais revolucionários. Para Lenin, porém, o reacionarismo do governo dito democrático impunha aos bolcheviques fazerem sozinhos a revolução. Em outubro, esse feito mostrou-se possível, ainda que com o auxílio dos socialistas revolucionários de esquerda.

Lenin defendia, após a tomada do poder, a destruição do aparelho estatal imperialista com seus mecanismos repressivos e a organização para a guerra. Enquanto Kerenski e os mencheviques continuassem lutando para evitar a interrupção da guerra, uma verdadeira revolução na Rússia seria impossível. Após a vitória em Outubro, Lenin planejava formar uma liga das nações oprimidas do Oriente e a dos operários socialistas do Ocidente. Ele desejava despertar para a liberdade os povos oprimidos do império tsarista e favorecer os movimentos de oposição que eclodiam na Ásia. O imperialismo seria então derrubado por uma sublevação mundial.

Nesse contexto, Trotsky era um internacionalista revolucionário. Para ele, na Rússia havia apenas duas forças políticas reais: o tsar com seu Estado feudal-capitalista e a classe operária socialista. Se a última conseguisse derrubar o tsarismo, não se deveria correr atrás de uma ditadura democrática e de uma revolução burguesa, mas instaurar a ordem socialista. Contudo, num país agrícola e atrasado como a Rússia, os operários socialistas não poderiam se manter por si sós contra uma imensa maioria camponesa e pequeno-burguesa. Daí a necessidade da “revolução permanente”, a ampliação da revolução de um país a outro (TROTSKY, 2007). Em contrapartida, Trotsky não aceitava a ditadura de um pequeno grupo de dirigentes sobre todos os operários. Para Lenin, essa forma de dominação era necessária para assegurar a aliança dos operários com as classes médias dentro da revolução democrático-burguesa. Apenas um experiente organismo central dirigente poderia manejar essa revolução. Trotsky, ao contrário, acreditava que se os operários pudessem fazer sozinhos a revolução, uma ditadura de dirigentes seria prescindível.

Após fevereiro de 1917, as classes conservadoras, isto é, os proprietários de terra, a nobreza, os oficiais e altos funcionários se uniram à burguesia liberal. Eles lutavam juntos pela vitória na Primeira Guerra e pela propriedade privada. Por outro lado, a massa dos soldados e dos camponeses uniu-se aos populistas, representados pelos socialistas revolucionários. Os operários industriais se dividiram entre mencheviques e bolcheviques. A maioria esmagadora do povo era ligada aos socialistas revolucionários. O Governo Provisório foi formado pelo Conselho Petersburguense de Operários e Soldados, firmando o compromisso com o comitê liberal da Duma. Era um governo da burguesia liberal, fortemente representada pelos democratas constitucionais, os *Kadets*, tendo à frente a figura conhecida de Kerenski. O caráter conservador do Governo Provisório, defensor da propriedade privada – mesmo a latifundiária – e incapaz de deter a escassez e a fome, deveria fazer com que ele fosse derrotado em nome da democracia, segundo a consigna: “derrubar o Governo Provisório liberal e dar todo o poder aos conselhos”. Lenin ainda não propõe exigências do tipo socialistas, mas radicalmente democráticas, porém não renuncia aqui ao princípio da ditadura rígida e ao centralismo partidário. O líder bolchevique acreditava que poderia utilizar os conselhos, que não criara, para abater o imperialismo russo. Por outro lado, queria, como expressara já desde 1914, a imediata ruptura com a Entente, enquanto o Governo Provisório, apoiado pelo conselho de soldados e operários de Petersburgo, desejava continuar lutando pela causa comum dos aliados. Lenin também considerava uma impossibilidade a revolução socialista na Rússia agrária, mas achava que a ditadura revolucionária e democrática dos camponeses e operários já existia nos conselhos, daí que todo o poder deveria ser concedido aos soviets. Trotsky se une nesse momento a Lenin, por acreditar que, apesar das fórmulas usadas, Lenin preparava também a revolução socialista.

Nesse contexto, o Governo Provisório fracassara na front, permitindo uma aventura contrarrevolucionária do general tsarista Kornilov. Condição semelhante se estabeleceu no campo, fazendo com que os camponeses ligassem o governo de Kerenski aos proprietários de terra, o que motivou o afastamento daqueles dos socialistas revolucionários. A Rússia clamava por uma república democrática dos camponeses, mas as vacilações dos socialistas revolucionários impuseram aos bolcheviques a realização do programa da revolução do povo russo. Nesse sentido, se Lenin, em outubro de 1917, tivesse fracassado, a Rússia teria caminhado para a anarquia, o terror e o caos. Lenin deseja a princípio um capitalismo de Estado centralizador, capaz de controlar as indústrias e os bancos. Não há ainda a proposta de se abolir a propriedade privada, mas o projeto de um socialismo que fosse o monopólio capitalista de Estado, colocado a serviço de todo o povo, o que, na verdade, é o oposto de monopólio capitalista.

Como se comportaram os camponeses e seus representantes nesse início de revolução? As massas camponesas haviam se desiludido com o governo de Kerenski e esperavam que um governo de socialistas revolucionários distribuisse as terras dos proprietários. Como o governo, ao contrário, protegeu os senhores de terra, os dirigentes locais dos socialistas revolucionários, seguidos pelos altos funcionários, se rebelaram contra a direção do partido. Durante a revolta bolchevique, os socialistas revolucionários se dividem entre uma ala direita ainda ligada a Kerenski e uma ala

esquerda que exigia a expulsão dos proprietários e a transferência do poder para os conselhos. A constituição do poder dos soviets em 25 de outubro, no Congresso dos Conselhos de toda a Rússia, se fez, portanto, com esses socialistas revolucionários de esquerda e os bolcheviques. As massas operárias e os soldados aderem firmemente aos bolcheviques, mas a parte maior dos camponeses continua inimiga do governo. Por sua vez, os operários expropriam os empresários russos espontaneamente, e Lenin não tem alternativa senão apoiá-los. O governo soviético constitui órgãos dirigentes para cada indústria, visando uma futura produção planejada.

Entre 1918 e 1919 a situação do país era caótica. Após a paz em separado com a Alemanha feita pela Rússia, a Entente bloqueia e isola o país do mundo. Os alemães ocupam a Ucrânia, vital pela sua produção agrícola, e a Rússia perde o carvão de Donetsk e o petróleo do Cáucaso. Muitas fábricas ficam inativas e os operários voltam para as aldeias. Os meios de transporte se paralisam e os alimentos escasseiam. Forma-se uma igualdade entre os homens que se assemelha a um comunismo de fome. Além disso, a Rússia passa a enfrentar a guerra civil.

O campo apresentava quatro classes: os latifundiários, camponeses ricos, pequenos camponeses e assalariados rurais. Desde a abolição da servidão em 1861 e, em especial, após a Revolução de 1905, os proprietários vendem parte de suas terras para os camponeses com melhor condição financeira. Os pequenos arrendatários e trabalhadores do campo tinham uma situação miserável, e inclinavam-se à revolução social contra os proprietários e os camponeses ricos. A revolução leva à absoluta expropriação dos proprietários e os camponeses ricos têm de ceder grande parte de suas propriedades à população pobre do campo. Forma-se uma massa uniforme de pequenos proprietários de terra, que sabiam quanto deviam à revolução bolchevique e não desejavam o retorno à sua antiga condição, mas exigem contrapartida para abastecer as cidades. Assim, o governo soviético se obriga a enviar para o campo mercadorias industriais e afinal recorre ao confisco da produção agrícola. Operários e camponeses mantinham-se assim em relação conflitante, ainda que contrários a uma volta ao passado.

A partir daí começa a difícil trajetória da nação para o socialismo, com a Grande Guerra, a invasão de potências ocidentais e a luta contra os exércitos contrarrevolucionários brancos. A paulatina construção da nação, realizada entre as vicissitudes dos anos vinte, se dá em meio a um caos virtual provocado pelos dissabores da ditadura de Stalin.

IV

Depois de expormos um panorama da revolução russa, passamos a examinar a revolução socialista chinesa de 1949, destacando o seu predominante elemento camponês.

Procurando traçar um paralelo entre ambas as revoluções, observamos logo que na China há uma revolução camponesa em um país de pequeno desenvolvimento industrial, povoado por uma grande massa rural. A civilização chinesa é várias vezes

milénar e o seu primeiro imperador surge nela no terceiro século antes da era atual. Tratava-se de uma civilização tributária, isto é, uma hierarquia de Estados com graus variados de autonomia que se reportavam a um centro imperial. A propriedade da terra é o fundamento económico de um grande império isolado do mundo, o Império do meio, articulado com o funcionalismo dotado de uma ética confucionista e com reduzido grau de desenvolvimento monetário e financeiro. Apesar de um enorme desenvolvimento responsável por invenções como o papel e a pólvora, e de uma marinha que circunda boa parte do mundo já no século XV, a China não se industrializa. O imperador ordena a destruição dessa marinha e o Império permanece isolado.

No início do século XIX esse quadro modifica-se radicalmente. Como indica Marx falando sobre a China, em 1850:

Uma excessiva população, de crescimento lento, mas regular, tinha provocado, já desde muito tempo, uma tensão violenta nas relações sociais da maior parte da nação. Em seguida, vieram os ingleses, que forçaram a abertura dos cinco portos ao livre comércio. Milhares de navios ingleses e americanos singraram para a China, que, em pouco tempo, foi inundada de produtos britânicos e americanos baratos. A indústria chinesa, essencialmente de manufaturas, sucumbiu à concorrência do maquinismo. O inabalável Império sofreu uma crise social. Os impostos deixaram de entrar, o Estado encontrou-se à beira da falência, a grande massa da população à completa pobreza e revoltou-se. Acabando com a veneração aos mandarins do Imperador e aos bonzos, perseguiu-os e matava-os (*apud* VISENTINI *et al.*, 2013, p.96).

A invasão inglesa, precedida pela primeira Guerra do Ópio (1839-1842), a invasão militar, seguida pela segunda Guerra do Ópio (1866-1878), bem como a assinatura de tratados injustos, dobram a China e estão por detrás da grande Revolução Taiping (1850-1864). De origem camponesa, essa revolução introduz a luta contra a dominação estrangeira e a dinastia Manchu dominante, estabelece a reforma agrária, a igualdade entre sexos e a fundação de um Estado teocrático e milenarista. A revolução é abortada pelos latifundiários e comerciantes de ópio, mas com ela a China entra no terreno da luta pela liberdade e na história moderna.

Em 1911, os militares chineses se sublevam contra a dinastia Manchu e proclamam a República com Sun Yat-sen, médico imigrado nos EUA, com formação cristã e ideias republicanas e democráticas. Em 1914, com a Primeira Guerra, o Japão toma o enclave germânico Tsingtao e pressiona a China com exigências que a reduzem a uma virtual colônia nipônica. Estas exigências dão origem ao Movimento de 4 de Maio, embrião do Partido Comunista Chinês, formado em 1921, e aliado originalmente ao Kuomintang de Sun Yat-sen, guiando-se pelas bandeiras do nacionalismo, da democracia e do socialismo inspirado na revolução soviética recente.

Sun Yat-sen morre em 1925 e caudilhos começam a rivalizar entre si, centrando-se em Chiang Kai Shek, líder ligado ao Kuomintang e um grande senhor da guerra como outros caudilhos. Esse, como resultado da pressão do latifúndio, faz frente

aos soviéticos e comunistas chineses, após um período em que os soviéticos os assessoraram. Em 1927, fica clara a campanha contra os comunistas e contra as bases camponesas no sul do país. Em 1931, o Japão invade a Manchúria fundando um Estado fantoche e em 1934 o pequeno Partido Comunista Chinês inicia com Mao Zedong e outros próceres a Longa Marcha. Priorizando a questão nacional, a Longa Marcha foi uma estratégia para escapar das forças japonesas e do Kuomintang, buscando a reorganização das forças comunistas no distante espaço rural. Sob a liderança de Mao, buscava-se encontrar um novo ponto de partida para uma guerra marcada, sobretudo, pela guerrilha. Mao e seus companheiros enfrentam o isolamento militar e político. De oitenta mil participantes que iniciaram a Longa Marcha apenas sete a oito mil chegaram a seu fim, passando por toda sorte de privações até o final de 1935.

A Longa Marcha é momento fundamental do processo revolucionário chinês, pois nela Mao e outros dirigentes e intelectuais conhecem a realidade do campo que domina a paisagem social do país. Ela é um momento em que os antecedentes marxistas chineses ainda ligados à herança russa ganham novas tonalidades, e a China reconhece sua razão de ser. A partir daí, pode-se dizer que Mao nasce como um teórico socialista com lugar próprio na história do socialismo, ou, alternativamente, que se funda um socialismo chinês distinto do socialismo ocidental cuja herança a URSS havia elaborado.

Em 1937, o Japão invade a China usando a força e o terror, bem como o exemplo de uma população oriental capaz de enfrentar o Ocidente. Entre 1937 e 1945 a Guerra Sino-japonesa deixa a China com 10 e 25 milhões de mortos. Soma-se a isto o saldo entre um e três milhões de mortos, resultante da última fase da guerra civil entre comunistas e nacionalistas do Kuomintang (1946-1950). Mas o desgaste do Japão durante a guerra, bem como aquele sofrido por Chiang Kai Shek, permite a vitória chinesa que se consolida em 1949.

Em setembro de 1949, reúne-se a primeira Conferência Consultiva do Povo, que estabelece na agenda da revolução nacional a “ditadura democrática”, o controle e desenvolvimento da economia, a recuperação da soberania sobre os territórios chineses e o estabelecimento da China como potência independente e não alinhada. Essa era a culminação de uma revolução chefiada por um exército camponês e líderes camponeses com Mao Zedong, um notável militar capaz de forjar táticas guerrilheiras. A Revolução Chinesa nasce, portanto, com a culminação de um século em que a China fora invadida e saqueada, combatida militarmente e tirada fora do eixo histórico do seu desenvolvimento. Ela repõe a China como uma potência que, em várias fases, se reestrutura econômica, tecnológica e militarmente, construindo o que hoje é chamado de socialismo com características chinesas, e que, ao longo do tempo, se distanciou crescentemente do socialismo soviético. O país experimentou momentos distintos, até manter-se na cena contemporânea, após o colapso soviético, em torno do Partido Comunista Chinês, que dirige o país de forma centralizada e ainda pouco conhecida.

A partir daí, pensadores como Giovanni Arrighi chegaram mesmo a ver um futuro próximo de hegemonia mundial chinesa, que mesmo na recente crise econômica mantém alto nível de expansão do produto e do emprego, além de uma preeminência

internacional, que se estende a campos como o do comércio e inversão externa, diplomacia e capacidade militar. Mas a significação da China no mundo não é a mesma em termos ideológicos que a significação da antiga URSS do tempo da Guerra Fria, pois sua significação em longo prazo ainda está em aberto. No caso da China ela tem se aliado em termos políticos e militares à nova Rússia, mas não representa uma ameaça militar e ideológica semelhante à que se supunha representar a URSS no período da Guerra Fria, em virtude de suas ligações econômicas com a América Latina, a África e o mercado norte-americano.

V

O feudalismo russo pode contar com a comuna camponesa. Para os populistas, esta última era o embrião da passagem para uma nação distinta das democracias burguesas ocidentais. Uma nação com características culturais, políticas e econômicas próprias. Mas a comuna se viu abalada pela crescente diferenciação social no campo com a emergência dos camponeses mais afortunados que passavam à condição de *kulaks*, no início do desenvolvimento capitalista no campo. Ao lado destes últimos, havia grandes proprietários e uma imensa massa assalariada pobre.

A transição para o capitalismo no campo russo foi marcada pela violência e o autoritarismo. Ainda que em condições opressivas, a Rússia pôde formar um contingente extraordinário de revolucionários e intelectuais de primeiro plano, com amplo conhecimento da filosofia e da política europeia, mas que se viam tolhidos na sua ação prática, em virtude das condições políticas e sociais estabelecidas pelo tsarismo. Isto não obistou a ação dos terroristas populistas, mas aqueles homens apenas puderam legar sua herança a revolucionários socialistas como Lenin no final do século XIX e início do século XX.

No que se refere à China, a Revolução de 1949 contou com ajuda da URSS e com um campesinato aguerrido. Mao, o grande responsável por essa revolução, pôde ser acompanhado por revolucionários de primeiro plano em sua visão da construção do socialismo na China. Depois de sua morte, este socialismo adquiriu características menos ortodoxas, mas o Partido Comunista Chinês mantém o país em uma vigorosa ação pelo desenvolvimento e pelo protagonismo econômico e político mundial, destacando seu Estado como fulcro desse processo, de modo bastante heterodoxo para a visão neoliberal que o Ocidente, inclusive o Brasil, crescentemente assumiu desde as últimas décadas do século passado. Também a Rússia, após o desmonte da URSS, passa por uma experiência neoliberal nos anos noventa que compromete fortemente o tecido social e econômico do País, mas passou a se reorganizar como uma potência econômica e militar e atravessa anos de crescimento econômico, ainda que não na dimensão da China.

O fundamental é notar que esses países, e, sobretudo a China, conseguiram êxito em sua luta sobre o subdesenvolvimento e seu passado feudal, bem como sobre o despotismo de suas antigas elites pré-revolucionárias.

Referências

BERLIN, I. *Pensadores russos*. Tradução de: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1988.

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. Tradução de: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1986.

BRANCO, S. S. *Figurações críticas e literárias na Rússia oitocentista*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BUSHKOVITCH, P. *História concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014.

DOMINGUES, C. J. T. L. *Nikolai Grigórovitch Tchernichévski e a intelligentsia russa: filosofia e ética na segunda metade do século XIX*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

DOSTOIÉVSKI, F. M. *Os Demônios*. Tradução de: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2004.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China, uma nova história*, 3.ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

HILL, C. *Lenin e a Revolução Russa*, 3.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HOETZSCH, O. *Evolução da Rússia*. Tradução de: Noémia Franco da Cruz. Lisboa: Ed. Verbo, 1966.

KIRIÊIEVSKI, I. Sobre o caráter da ilustração da Europa e sua relação com a ilustração da Rússia. In: GOMIDE, B.B. (org.) *Antologia do pensamento crítico russo*. São Paulo: Editora 34, 2013.

KORT, M. *A brief history of Russia*. New York: Facts on File Inc., 2008.

MORALES, A. Herzen ontem e hoje. In: FREITAS DE ANDRADE, H. (org.) *Caderno de literatura e cultura russa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

PADILHA, T. M. de A. *Lenin e os meandros da questão camponesa*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/taniamara.pdf>.

PERPÉTUO, I. F. Posfácio. In: TURGUÊNIEV, I. *Memórias de um caçador*. São Paulo: Editora 34, 2013.

SPENCE, J. *Mao*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

TOLSTOI, L. *Guerra e Paz*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

TROTSKY, L. *A revolução permanente*. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

VISENTINI, P. G. *et al. Revoluções e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1978), mestrado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1986), doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade federal do Paraná (2014). Atualmente é professor-titular da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento, economia brasileira, políticas, pensamento econômico e educação.